

CAMPUS UNIVERSITÁRIO FORA DE CIDADE NO REUNI (BRASIL). Urbanismo retrógrado na contramão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSITY CAMPUS OUT OF CITY IN REUNI (BRAZIL). Backward urbanism against the Sustainable Development Goals

A. Joel Pereira Felipe

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

joel.felipe@ufsb.edu.br

RESUMO

A sustentabilidade ambiental aplicada aos *campi* universitários mobilizou, a partir da década de 1970 no Brasil, uma quantidade significativa de atores que aliavam a mobilização contra as mudanças climáticas às responsabilidades das universidades com o Desenvolvimento Sustentável. *Green campus* passou a designar o espaço universitário com um conjunto de ações consideradas 'sustentáveis' (*campus* dentro das cidades ou em cidades universitárias isoladas), dando origem à metodologia para realização de diagnósticos e propostas, estabelecendo pactos gerenciais com as administrações dessas universidades, implantando e monitorando ações por meio de planos e sistemas de gestão ambiental. Esse texto apresentará as reflexões sobre o protagonismo e impacto da universidade no território da cidade, particularmente da Universidade Federal do Sul da Bahia criada em 2014 e localizada nos municípios de Ilhéus e Itabuna (Bahia), nos aspectos urbanos e sociais. Essa reflexão contribuirá na implantação das universidades criadas no Programa Reuni com repercussões nas próximas décadas nas cidades e ambiente.

Palavras-chave: *campus* universitário, Reuni, reabilitação urbana, sustentabilidade.

Linha de Investigação: Cidade e Ambiente.

Tópico: Meio ambiente, paisagem e alterações climáticas

ABSTRACT

The environmental sustainability applied to university campuses mobilized, as from the 1970s in Brazil, a significant number of actors who combined mobilization against climate change with the responsibilities of universities with Sustainable Development. 'Green campus' started to define the university space with a set of actions considered 'sustainable' (campus within cities or in isolated university cities), giving rise to the methodology for diagnoses and proposals, establishing management pacts with the administrations of these universities, implementing and monitoring actions through environmental management plans and systems. This text will present the reflections on the role and impact of the university in the territory of the city, particularly the Federal University of Southern Bahia created in 2014 and located in the municipalities of Ilhéus and Itabuna (Bahia), in urban and social aspects. This reflection will contribute to the implantation of the universities created in the Reuni Program with repercussions in the coming decades in cities and the environment.

Keywords: university campus, Reuni program, urban rehabilitation, sustainability.

Research line: City and Environment.

Topic: Environment, landscape and climate change.

1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Universidades

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (Estocolmo, Suécia, 1972) e mais adiante com a publicação do “Relatório de Brundtland” (1987) a crise ambiental do planeta passou a ganhar cada vez mais notoriedade e a resposta formulada para essa crise foi sintetizada no conceito de “Desenvolvimento Sustentável” (DS), a ideia de que se deve ter no presente responsabilidade no uso dos recursos naturais para não comprometer as gerações futuras.

Termos emergentes como “sustentabilidade”, “mudanças climáticas”, “efeito estufa”, surgiram e ganharam vulto seja pela ação coordenada de pesquisadores em redes mundiais de colaboração, ou pela pressão de Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos populares. A divulgação dos riscos que o planeta Terra corre atraiu progressivamente outros atores: governos, empresas, universidades, ativistas e uma quantidade incontável de novos pesquisadores que, aliados aos órgãos de imprensa e à capilaridade e alcance da Internet, aprofundaram com maior ou menor seriedade e intensidade esses temas. Sabe-se que alguns aproveitam a oportunidade para obter destaque pessoal, prestígio, protagonismo político ou lucro, mas é inegável que foi estabelecida uma agenda de compromissos reconhecida internacionalmente.

Cada setor da sociedade passou a repensar o seu papel em uma nova perspectiva procurando promover uma reforma ou um ajuste de suas concepções seja na produção de bens e serviços, no desenvolvimento científico e tecnológico, na comunicação e nos modos de vida, definindo, segundo seu modo particular, termos como ‘sustentabilidade’ e ‘desenvolvimento sustentável’.

Madeira (2008) elaborou uma cronologia das declarações oficiais ocorridas até 2002 que apresenta a Declaração de Estocolmo (1972) como a primeira a destacar a educação como peça chave para o DS, mobilizando a sociedade para incluir a reflexão sobre os problemas ambientais desde a escolarização básica. Na evolução das discussões ambientais o último e mais significativo marco foi o documento da Organização das Nações Unidas (ONU) publicado em setembro de 2015 denominado Agenda 2030, que listou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correlatas a serem cumpridas pelos países signatários, cuja meta mais ousada é a “erradicação da pobreza até 2030” (pessoas que vivem com menos de US\$1,90 por dia) e define um horizonte temporal para o cumprimento dessa agenda em 15 anos.

O “ODS nº 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” articula a educação com o DS tornando fundamental o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) uma vez que elas são responsáveis por formar pessoas capacitadas a conduzir essa articulação mobilizando estratégias e ferramentas.

O meio acadêmico tem a responsabilidade de difundir conhecimento e deve refletir sobre as questões ambientais, gerando espaços educacionais ambiental e socialmente exemplares, constituindo modelos de governança, gestão e prática. Isso torna a Universidade responsável por desempenhar um papel de liderança na educação para a sustentabilidade e um local privilegiado para auxiliar governos, mercado e a população a

aprofundar o conhecimento sobre os problemas ambientais apresentando soluções alternativas para seus impasses.

O surgimento de uma expressiva quantidade de publicações e artigos científicos com estudos sobre a sustentabilidade evidencia a atratividade e a potência desse assunto no campo acadêmico. A criação de grupos de pesquisas nas universidades teve uma ascensão vertiginosa com a criação de cursos de graduação, mestrados e doutorados com essa temática. Foram muitas ações apontando o estabelecimento de indicadores, índices, ferramentas de gestão, análises de estruturas administrativas e impacto de políticas públicas.

Trocas de experiências em redes acadêmicas também foram estabelecidas, como os Encontros Latino-americanos de Universidades Sustentáveis (ELAUS) tendo as universidades públicas e privadas promovido a realização de encontros regionais em 2008 (I ELAUS: Passo Fundo/Brasil), 2015 (II ELAUS: Porto Alegre/Brasil) e 2016 (III ELAUS: Tucumán/Argentina).

Durante a Conferência das Nações Unidas para o DS (Rio+20 em 2012) o lançamento da *Higher Education Sustainable Initiative (HESI)* reforçou o compromisso das universidades de atuarem: como agentes de divulgação dos conceitos de DS; na promoção de pesquisas sobre questões ambientais; para tornarem 'verdes' seus *campi* universitários; e se esforçarem para envolver a comunidade nessas ações. Em decorrência desse acordo a Unesco organizou em 2014 a *World Conference of Education for Sustainability Development* (Nagoya no Japão), de onde emergiram duas questões: como as Instituições de Ensino Superior (IES) podem avaliar e relatar seu desempenho global? As universidades podem ter certeza de que estão produzindo pessoas alfabetizadas em sustentabilidade?

Embora os discursos oficiais e o marketing estejam proclamando as conquistas de entidades e empresas de educação em seu protagonismo para os ODS da Agenda 2030, os efeitos ainda estão muito aquém do que seria de se esperar em se tratando de resultados do processo de "alfabetização ambiental" da comunidade acadêmica. Isso é demonstrado nos relatórios da ONU sobre a aplicação da Plataforma *Sulitest (Sustainable Literacy Test)* criada pela HESI e Unesco após a Rio+20 com o objetivo de mapear a conscientização sobre os ODS. O relatório de 2019 mostrou que "(...) o resultado médio global do módulo *International Core* em 2017-2018 é de 54% das respostas esperadas, o que é estável em comparação com 2016-2017 (55%), em questionário aplicado a cerca de 27.500 participantes de 197 universidades e organizações de 35 países (UNITED NATIONS, 2018, p. 12)

Um dos estraves que fazem com que essa missão não seja simples, apesar do aparente consenso, é porque as universidades não tomam essa tarefa como prioritária e nem estão seriamente dispostas a radicalizar na sua efetivação, estando mais envolvidas em resolver seus problemas cotidianos de gestão acadêmica e administrativa. Isso leva a uma das questões fundamentais: a universidade pode auxiliar e orientar a sociedade em relação aos problemas emergentes e prepará-la para o futuro, a partir da alfabetização para a sustentabilidade de seus dirigentes, estudantes, professores e funcionários?

No Brasil esse assunto ganha mais relevância seja pelo protagonismo na discussão da agenda global, pelas suas características geográficas, a gravidade de estar em sétimo lugar entre os países que mais contribuem para o aquecimento global, a disposição política de participar do debate internacional ao sediar por duas vezes as conferências mundiais (Eco 92 e Rio+20) e ainda pela expansão expressiva pelo qual passou o ensino superior nas duas décadas iniciais do século XXI, após o tardio surgimento e lento crescimento de novas Instituições de Ensino Superior.

2. Potencial dos *campi* universitários como âncoras em processos de reabilitação urbana.

A literatura acadêmica europeia tem desenvolvido pesquisas relacionadas à universidade e seu potencial como âncora de processos de reabilitação (*regeneration* no Reino Unido) urbana, econômica e social de cidades e regiões como: Judd e Parkinson (1990); Melhuish (2015 e 2018); Brennan et al (2018) e Ehlenz (2018).

As publicações do grupo *Managing the University Campus*, coordenado pela Prof. Alexandra den Heijer na *Architecture and the Built Environment* da *Delft University of Technology (TU Delft)*, detalharam a pesquisa envolvendo mais de 850 universidades europeias identificando que grande parte das edificações nos *campi* europeus são das décadas de 1960 e 197, resultado de processos de expansão acelerada do ensino superior na Europa continental e Reino Unido.

Em relação às universidades holandesas verificou-se que apenas três entre catorze possuem *campi* fora dos limites urbanos, sendo seis com instalações nos moldes multipolares, espalhados nas cidades. Foram estabelecidas estratégias para a reconfiguração dos *campi* que passavam pela “(...) revitalização de edifícios antigos, incluindo monumentos históricos como atrativos turísticos da cidade”, e a “(...) exploração do espaço de deslocamento (circulação, corredores, vazios, átrios, escadas, entre outros) – por dentro e por fora – para localização de novas funções e/ou compartilhamento com a cidade”; e, na linha do DS, o “(...) uso de tecnologias sustentáveis (consumo de energia, água, emissão de CO buscando a redução dos custos operacionais”. (TU-Delft, 2016 como citado em Calderari, 2017, p. 109)

Um outro estudo denominado *Case Studies in University-Led Urban Regeneration*, efetivado sob a direção de Clare Melhuish do *Urban Laboratory* da *University College of London* iniciado a partir de 2013, realizou pesquisas comparativas do impacto urbano na implantação de universidades na Inglaterra (*Durham University; University of Cambridge* e *Newcastle University*) e nos EUA (*University of Pennsylvania, New York University* e a *Columbia University*). Os estudos indicaram boas práticas no desenvolvimento dos *campi* universitários que contribuem para metas de reabilitação urbana, atribuindo às universidades um papel denominado de “instituições âncoras”, ou seja, que podem ser utilizadas como ponto de referência e oportunidade de transformação urbana e social, qualificando o ambiente construído.

As reflexões colocaram a importância e o potencial da Universidade para o desenvolvimento local, social (saúde, pobreza e acesso ao ensino superior), ambiental e econômico, à medida que participam cada vez mais da economia globalizada. Entre as externalidades positivas a pesquisa relaciona: criação de empregos locais estáveis; formação de mão-de-obra qualificada para a indústria do conhecimento; viabilidade de financiamentos para atividades de parcerias para negócios e comunidades; independência e transcendência ao seu aspecto local tendo em vista sua característica de instituição inserida na produção global do conhecimento. Entretanto, são reconhecidos fracassos na relação entre as universidades e as comunidades: (a) os atores internos carecem de conhecimento sobre o local e o contexto social e histórico das áreas onde estão inseridas; (b) as comunidades não confiam na universidade como uma parceira fiel para tratar suas necessidades; (c) esses atores locais resistem a servir de experiências laboratoriais promovidas pelas universidades, em reação à ausência de metodologia adequada e sincero engajamento da universidade com os moradores.

Como resultado desses estudos foi desenvolvida uma metodologia que buscou aproximação da universidade com a comunidade por meio do projeto participativo, como as pesquisas de campo para levantamento de dados realizados em espaços de convívio já estabelecidos e reconhecidos pela população como feiras, praças e escolas de bairro.

Os estudos internacionais recentes quando se debruçam sobre experiências de integração dos espaços universitários às cidades tendo como referência o espaço público do qual a universidade faz parte mostram as desvantagens dos *campi* e cidades universitárias com localização isolada e exteriores às cidades, em oposição à multipolaridade e à capilaridade do *campus* urbano, sobretudo se tratadas no contexto da discussão do Desenvolvimento Sustentável.

3. Criação da UFSB e a Sustentabilidade. Influência modernista tardia em seu *campus* universitário.

O surgimento da UFSB faz parte da política de expansão do ensino superior promovida pelo governo federal (2003-2014) que, por um lado, promoveu o incremento de vagas e a interiorização das instituições públicas federais (Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni) criado em 2017 e, por outro, ampliou o financiamento e subsídios para o ensino privado (Programa Universidade para Todos – Prouni) que ofereceu bolsas de estudo em escolas privadas, incentivando o crescimento do ensino não gratuito.

Na Tabela 1 pode ser verificada a rápida expansão, em apenas uma década, das universidades federais (acréscimo de 43%), e de seus *campi* universitários (116%) e as matrículas em cursos presenciais de graduação (81%) o que impôs enormes desafios para os gestores e para a arquitetura e urbanismo no país, desde a contratação, a elaboração de projetos e até a sua execução.

Ano	Universidades federais (qt)	<i>Campus</i> (qt)	Municípios (qt)	Matrículas em cursos presenciais (qt)
2003	45	148	114	527.719
2014	63	321	275	958.659

Tabela 1: Implantação de novos *campi* universitários no Brasil (2003-2014). Elaborada pelo autor com base em: BRASIL. Ministério da Educação. Expansão da Educação Superior, Profissional e Tecnológica. Mais formação e oportunidades para os brasileiros. Brasília, DF, 2014.; e INEP. Sinopse estatística da educação superior (2003, 2014).

Esse crescimento corresponde à expansão caracterizada pela interiorização e distribuição dos *campi* em zonas ambientalmente sensíveis (região amazônica nos estados do Amazonas e Pará; regiões de seca como a Caatinga e o Agreste nordestinos; o Pantanal Matogrossense; e, quando instaladas no litoral, na Mata Atlântica). Isso colocou simultaneamente um desafio e um enorme potencial para as intervenções dessas novas universidades ou de seus novos *campi* tanto nesses ambientes naturais, quanto nos agrupamentos urbanos onde se instalaram.

A UFSB surgiu como resposta a movimentos reivindicatórios ocorridos na região sul da Bahia, estado localizado na região nordeste e caracterizada como uma das menos desenvolvidas do país. A iniciativa oficial para sua criação se deu em agosto de 2011 quando o governo federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei para sua criação. Em junho de 2013 foi sancionada a Lei 12.818/2013, que criava a Universidade Federal do Sul da Bahia, com a sede da reitoria no município de Itabuna e outros dois *campi* em Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

A instituição foi inovadora desde a sua concepção ao criar a Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (Prosis), colocando em relevo a preocupação em se alinhar com as discussões contemporâneas relacionadas à responsabilidade das instituições educacionais com o DS em sua região, conforme exhibe em seu documento de fundação (Plano Orientador) que descreve que a “(...) a UFSB pretende, em médio prazo, alcançar um alto patamar de sustentabilidade, cujos atributos servirão à previsão de demandas e melhorias operacionais dos projetos futuros, aproximando a curva de desempenho ambiental da UFSB com as melhores práticas encontradas no país e no mundo”. (UFSB, 2014, p. 80).

O Plano Orientador definiu o modelo de sustentabilidade que distinguia “(...) uma possibilidade concreta de atenuar impactos ambientais desnecessários é o aproveitamento de áreas já antropizadas em posse de outros órgãos públicos. Tais áreas podem ser utilizadas tanto para as instalações provisórias quanto para as primeiras unidades definitivas”. (UFSB, 2014, p. 80).

A mobilização da jovem instituição em relação ao DS deveria responder aos dois requisitos que se espera de uma universidade: (a) educação ambiental e (b) boas e exemplares práticas. Primeiro, ela seria capaz de ensinar os conteúdos relacionados ao DS aos seus alunos, disseminar conhecimentos e informações que forneçam elementos para que eles possam irradiar noções de sustentabilidade à sociedade em seu entorno imediato, incorporando práticas e princípios que não contradigam o que se ensina nos espaços acadêmicos. Em segundo lugar, que prepare a universidade implantando medidas relacionadas ao controle do consumo de água potável, tratamento de esgotos, racionalização e economia de energia, diminuição de uso de materiais de consumo e mitigação de seus passivos ambientais.

Entretanto, a despeito de sua disposição política e compromissos programáticos a UFSB não poderia ter se furtado a fazê-lo, uma vez que deveria atender a um preceito legal advindo da publicação do Decreto nº 7.746/2012 que determina que os órgãos públicos federais devem elaborar e implementar seus Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Por isso, os princípios de implantação da política de sustentabilidade da universidade também estavam claros e comprometidos, dedicando um detalhamento para o que pretendia ser colocado em prática em várias frentes de atuação.

3.1. Projeto da UFSB: localização que afronta os ODS.

O *Campus Jorge Amado*, sede da reitoria e local de oferta de alguns dos cursos, está localizada em uma área de 43,2 hectares distante 2 km da Rodovia BR-415 e 9 km do centro de Itabuna (Prefeitura e Estação Rodoviária) em terreno cedido por um órgão federal (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC). O projeto arquitetônico desenvolvido em 2014 atendeu a orientação da reitoria da universidade para que se instalasse em terreno que se juntaria a um segundo a ser recebido em doação pela Prefeitura de Itabuna e que, por fim, seria interligado a um outro doado pela Prefeitura de Ilhéus. Tal operação se provou complexa e lenta e que ainda não havia se consolidado passados cinco anos do início dos projetos devido às dificuldades de relacionamento com os órgãos públicos municipais e federal que, ao trocar seus dirigentes, mudam de opinião sobre essas doações.

A direção da UFSB seguiu, provavelmente inconscientemente, uma corrente presente na América Latina na primeira metade do século XX influenciada pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) que prosseguiu ao longo de todo o século passado e, a partir da década de 1960, passaram a ter a colaboração do consultor americano Rudolph Atcon (1940-1995). Atcon teve grande influência nas décadas de 1950 e 60

na concepção da universidade brasileira, sendo possível enxergar suas influências nos *campi* nos quais foi o consultor direto e, indiretamente, em diversos outros *campi* deixando também seus rastros com o Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário publicado em 1970 (Alberto, Inhan e Miranda, 2016; Pereira, 2017).

Essas orientações estavam em consonância com a política para o ensino superior do regime militar, que com o Decreto 63.341/1968 (Reforma Universitária) estabeleceu as bases para a expansão do ensino superior à sua moda e resultaram em diretrizes adotadas em várias universidades brasileiras. A reforma definiu que "(...) dentro de cada universidade se dará preferência à construção das unidades do sistema básico e de que se organizasse um planejamento para alienação dos imóveis remanescentes na medida em que fossem desocupados pela transferência das unidades para o *campus*" (Macedo, 1986, p. 97). Ou seja, a recomendação era para que as unidades localizadas nas áreas urbanas fossem transferidas para *campi* fora das cidades e os prédios de origem fossem alienados.

Ainda uma outra reflexão é possível: pela conjuntura política que se vivia, de resistência e oposição à ditadura militar, era conveniente afastar os estudantes e o movimento estudantil das áreas centrais das cidades e confiná-los em espaços distantes e sem influência sobre o restante da população, dissolvendo a concentração estudantil e as possibilidades de convivência e interlocução entre eles, dificultando os protestos contra as arbitrariedades do regime.

Dois motivos justificariam concentração de cursos em um único *campus*: o econômico e a integração acadêmica. As duas justificativas são questionáveis. A motivação econômica se fragiliza uma vez que os custos de transferência dos *campi* para glebas fora da malha urbana não se resumem à construção de edifícios e aos gastos com infraestrutura no período de implantação. As despesas com a manutenção nessas novas áreas ao longo do tempo seriam muito superiores às iniciais, tanto em relação, por exemplo, ao fornecimento de transporte gratuito ou subsidiado aos seus estudantes, funcionários e professores para que se desloquem até os novos *campi*, quanto ao custo social que a pegada ecológica coletiva vai causar ao longo do tempo. Em relação à suposta vantagem de uma integração acadêmica ela não ocorre porque o modelo departamental implantado promove o fracionamento dos cursos em edifícios autônomos e estruturas replicadas de salas de aula, laboratórios, administrações, restaurantes e áreas de encontro. Estudantes, professores e funcionários passam todas as suas vidas na universidade sem conhecer e se relacionar com os colegas de outros cursos e departamentos.

O histórico brasileiro de implantação de espaços universitários guarda uma relação com o movimento da arquitetura e do urbanismo modernos que teve grande influência desde a primeira metade do século XX, mas intensificou no 2º pós-guerra. Oliveira (2009, p. 58) reporta as influências norte-americanas, com forte apelo entre os militares e que delimitou o modelo disciplinar de implantação do *campus* do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e mais tarde, durante a ditadura, a sua consolidação viraria uma referência:

O *campus* inspirado no modelo norte-americano, isolado da cidade, em áreas extensas e com unidades de ensino dispersas umas das outras já era referência no país pois, em 1947, foi criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que teve seu planejamento preconizado no modelo de *campus* universitário norte-americano. Pelo seu diferencial quanto à instituição militar, esse modelo foi implantado integralmente, permitindo a moradia e infraestrutura de parte da comunidade universitária. Assim, esse modelo de *campus* já era referência para professores e educadores brasileiros. (Oliveira, 2008, p. 58)

Segawa (1999, p. 46) explica que “(...) as cidades universitárias constituíram intervenções de ocupação de vazios ainda não urbanos numa escala sem precedentes, organizando vetores de expansão para as cidades, para se tornarem cidades dentro de cidades”.

As grandes cidades universitárias do século XX se estabeleceram com a reunião de unidades isoladas – dispersas em edifícios espalhados no coração das cidades – num único lugar afastado do núcleo urbano tradicional, num processo de agrupamento de escolas, serviços e alojamentos. São exemplos desses conjuntos na América Latina as cidades universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo (Brasil), Concepción (Chile), Tucumán (Argentina), Caracas (Venezuela), Cidade do México (México), Bogotá (Colômbia) e Quito (Equador). (Segawa, 1999, p. 39)

O *campus* universitário permanece, portanto, como um complexo urbanístico e arquitetônico autônomo e afastado da mancha urbana, nas bordas das cidades, que prioriza a concentração das instalações em um só local, a fim de reunir as atividades acadêmicas de unidades possivelmente dispersas de faculdades e departamentos, e ainda com a possibilidade de ampliação futura. Contudo é preciso anotar que existem alternativas como a multipolaridade do *campus* universitário. Esse conceito manteria a universidade nos centros urbanos, destacando-se a qualidade de vida que pode gerar em contraponto ao isolamento das cidades universitárias.

As universidades com os seus *campi* isolados provocam cotidianamente movimentos pendulares similares, mas em sentido contrário, aos dos conjuntos habitacionais populares periféricos, com o deslocamento de pessoas nos períodos de pico de transporte de manhã para os centros onde estão os empregos e de tarde à moradia para o descanso noturno tendo como efeito a reduzida qualidade de vida para esses trabalhadores com o trânsito caótico, congestionamentos, poluição; centros urbanos vazios e inseguros no período noturno.

Acresce-se que os *campi* sofrem um esvaziamento em períodos de recesso e férias e sua localização inviabiliza o compartilhamento de instalações (bibliotecas, anfiteatros, centros esportivos, restaurantes) com a sociedade que a sustenta. Fica impossível compartilhar o próprio *campus* onde há investimentos com invejável qualidade urbanística que faltam à cidade como parques e áreas verdes. Além da inacessibilidade a bens e serviços reduz-se a viabilidade de realização de atividades de pesquisa e extensão que aproxime a universidade e a comunidade.

4. Campus universitário da UFSB: oportunidade perdida em relação ao Desenvolvimento Sustentável.

Defendi neste texto a hipótese de que a localização da universidade tem papel preponderante na afirmação/negação do DS e a perspectiva dos *campi* universitários se localizarem em zonas remotas e distantes das áreas centrais das cidades contribuem não somente para piorar os indicadores de sustentabilidade (pegada ecológica individual e coletiva), mas emitem sinal contrário aos agentes públicos e à sociedade, aumentando a segregação socioespacial, a desigualdade e afastando a possibilidade do pertencimento da comunidades em relação à universidade.

A UFSB em seus documentos de fundação se alinhou com a visão mais progressista o que significa um alento e esperança para contribuir com a redução das desigualdades sociais e pobreza da região de forma sustentável. Todavia, por mais que o desenvolvimento dos projetos levaram em conta um conjunto de medidas

mitigatórias para os efeitos nocivos de sua implantação distante da área urbanizada da cidade onde se instala, a localização do *campus* coloca tudo a perder.

Essa pesquisa observou a desobediência aos princípios do seu Plano Orientador e que essa universidade real é conflitante com a imaginada. O conjunto da obra ignorou, contraditoriamente, os aspectos relacionados à sustentabilidade que o projeto político pedagógico da UFSB apregoava, pois sacrifica a cidade e o meio ambiente com intervenções e marcas de longa duração apenas para criar um ambiente idealizado, com o urbanismo e paisagismo exemplar, mas dando as costas para a cidade real, que permanece com seus problemas de poluição, trânsito, transporte público e déficits de qualidade de vida em todos os aspectos.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTO, K. C., INHAN, G., MIRANDA, C. (2016). Rudolph Atcon e o planejamento do *campus* da Universidade Federal do Espírito Santo. In *Óculum: Campinas*, 237-254, jul. – dez. 2016

ATCON, R.P. e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1970). Manual sobre o planejamento integral do *campus* universitário. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1970.

BRENNAN J., COCHRANE A., LEBEAU Y., WILLIAMS R. (2018) Universities, Economic Development and Regeneration. In: *The University in its Place*. Springer, Dordrecht

CALDERARI, E. S. (2017) (Des) Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos. Reflexões sobre o papel dos novos *campi* universitários. São Paulo, 783 p., (Tese-Doutorado), IAU-USP, Universidade de São Paulo.

EHLENZ, M. M. (2018) Defining University Anchor Institution Strategies: Comparing Theory to Practice, *Planning Theory & Practice*, 19:1, 74-92, DOI: 10.1080/14649357.2017.1406980

JUDD, D., PARKINSON, M. (1990) Urban leadership and Regeneration, In *Leadership and Urban Regeneration. Cities in North America and Europe. Urban Affairs Annual Reviews. V.37*, (p. 13-30). Sage Publications.

LOVERING, J. (2007) The Relationship Between Urban Regeneration and Neoliberalism: Two Presumptuous Theories and a Research Agenda, *International Planning Studies*, 12:4, 343-366, DOI: 10.1080/13563470701745504

MADEIRA, A. C. F. D. (2008) Indicadores de sustentabilidade para instituições de Ensino superior. (Dissertação – Mestrado). Cidade do Porto, 201 p., Universidade do Porto.

MARTINEZ, P; MARUYAMA, U.; TRIGO, A. M. G.; TRIGO, J. A.; PINZÓN, I. A. R. Environmental management of sustainable university *campuses*, In: *Proceedings of the International Conference on Industrial Engineering and Operations Management*. Bogota, Colombia, Oct. 2017.

MELHUIH C. (2015) Case studies in University-LED urban regeneration. London: UCL Urban Laboratory, 2015.

MELHUIH, C. (2019) A place for the unexpected, integrated into the city structure: universities as agents of cosmopolitan urbanism, *National Identities*, DOI: 10.1080/14608944.2018.1498472

OLIVEIRA, L. T. (2009) Novos *campi* públicos brasileiros: concepções projetuais. (Dissertação – Mestrado). São Carlos, 234p. Universidade Federal de São Carlos.

PEREIRA, F. T. B. (2017) Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do *campus* no Brasil. São Paulo, 226 p., (Tese-Doutorado), IAU-USP, Universidade de São Paulo.

UNITED NATIONS. (2018) Raising & mapping awareness of the global goals. Report from Sulitest, tangible implementation of the HESI & contributor to the review of the Agenda 2030. New York, 62 p.

Fontes eletrônicas

BRASIL. Decreto nº 63.341, de 1 de outubro de 1968. Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63341-1-outubro-1968-404684-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 31/01/2019.

BRASIL. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 31/01/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da educação superior 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 18/12/2019.

SEGAWA, H. (1999). Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades, 1936-1962. Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, p. 38-47, 1999. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3133/2249> >. Acesso em 30/01/2019.

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia. (2014). Plano Orientador, 88p. Retrieved from: <<https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>>. Acesso em 22/01/2019.